

Capitalistas e filantropos: homens de negócios portugueses na cidade do Rio de Janeiro

Jorge Luís dos Santos Alves

Pesquisador Independente
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 05 mar. 2024

Aprovado em: 16 maio 2024

Publicado em: 04 out. 2024.

Resumo

O artigo analisa a presença e atuação dos imigrantes portugueses estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, período de transição da escravidão para o trabalho livre, do desenvolvimento incipiente da indústria e do mercado financeiro. Uma fração dos imigrados acumulou fortuna em atividades beneficiadas pela acelerada expansão da economia urbana (comércio, finança, indústria, mercado imobiliário), participou de forma significativa do desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro e constituiu uma elite no interior da colônia. A ascensão econômica dos imigrantes de “grossa fortuna” foi acompanhada pela busca do prestígio social e de símbolos de distinção social (comendas e títulos de nobreza) por meio de doações e o patrocínio de instituições culturais e filantrópicas que constituem, até hoje, a base da presença portuguesa na cidade. Essas questões foram problematizadas pela elaboração de microbiografias de três gerações de empresários da elite da colônia portuguesa.

Palavras-chave: Imigração. Relações Luso-brasileiras. Rio de Janeiro.

* Pesquisador independente. Doutor e Mestre em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Especialista em Política e Estratégia pela Escola Superior de Guerra e em História das Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: akkad@bol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2998-8089>

 <http://lattes.cnpq.br/7385334578968132>

Capitalists and philanthropists: Portuguese businessmen in the city of Rio de Janeiro

Jorge Luís dos Santos Alves

Independente Researcher
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brazil

Received: 05th March 2024

Approved: 16th May 2024

Published: 04th Oct. 2024

Abstract

The article analyzes the presence and activities of Portuguese immigrants established in the city of Rio de Janeiro in the 19th century, a period of transition from slavery to free labor, the incipient development of industry and the financial market. A fraction of the immigrants accumulated wealth in activities that benefited from the accelerated expansion of the urban economy (trading, finance, industry, real estate), were a significant part in the economic development of Rio de Janeiro and formed an elite within the colony. The economic rise of the immigrants of "great fortune" was accompanied by the search for social prestige and symbols of social distinction (commendations and titles of nobility) through donations and the sponsorship of cultural and philanthropic institutions that are, until today, the basis of the Portuguese presence in the city. These issues were problematized by drawing up microbiographies of three generations of businessmen from the elite of the Portuguese colony.

Keywords: Immigration. Luso-Brazilian Relations. Rio de Janeiro.

* Independente Researcher. PhD and MA in History from the State University of Rio de Janeiro; Specialist of the Politics and Strategy from the High School of War (Brazilian Navy); BA in History from the Federal University of Rio de Janeiro. Email: akkad@bol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-2998-8089>

 <http://lattes.cnpq.br/7385334578968132>

Introdução

Na passagem do século XIX ao XX a presença dos imigrantes portugueses era marcante no cotidiano e na economia da cidade do Rio de Janeiro. Luiz Edmundo ao descrever a cidade, por volta de 1900, cita Olavo Bilac para qualificá-la como “cafraria portuguesa” (1958, v.1, p. 163). Uma cidade africana e lusitana refletida na paisagem humana, na mentalidade e na organização do espaço urbano ainda marcado pela época colonial. Mas a cidade era dinâmica e estava de forma cada vez mais intensa entrando na modernidade *fin-de-siècle*: a fábrica, o bonde, a iluminação pública. Nesse cenário, o imigrante português era um elemento presente e atuante, como proletário e capitalista, numa sociedade escravocrata em transição para o trabalho livre e de expansão das atividades urbanas.

A imigração portuguesa é um tema central na historiografia luso-brasileira e, nesse sentido, sem a pretensão de exaurir todos os aspectos da imigração portuguesa para o Brasil e sua inserção nas migrações transatlânticas no século XIX, destacaremos algumas obras e pesquisadores que referenciam o nosso artigo e delineiam um breve panorama da questão.

A brasilianista norte-americana Ann Marie Pescatello (1970) destacou a experiência migratória dos portugueses no Brasil articulando-a ao processo de transformação das sociedades agrárias sob o impacto do capitalismo (teoria da modernização). Pescatello privilegiou a história quantitativa e a história social e minimizou o político e as relações de poder dentro da colônia portuguesa. Já a coletânea de documentos reunida por Maria Beatriz Nizza da Silva (1992) traçou indicativos para o estudo da imigração portuguesa e seu enraizamento no Brasil, por meio das associações, periódicos e a formação de uma elite da comunidade imigrante com objetivos próprios embora se apresentasse como a representante dos interesses luso-brasileiros. Nizza da Silva apontou as lacunas então presentes no estudo da imigração na historiografia luso-brasileira como as questões culturais e a imigração feminina. Do mesmo modo, Eulalia Lobo (1994) ressaltou o aspecto cultural das relações luso-brasileiras sem, no entanto, deixar de abordar a situação do imigrante português como mão-de-obra na cidade do Rio de Janeiro, embora esse aspecto tenha se limitado ao período da Primeira República. Lená Medeiros de Menezes (1996) abordou os imigrantes sob a ótica dos “indesejáveis”. Por meio do exame dos processos de expulsão retratou a exclusão social a que estava submetido o imigrante pobre e como o “mundo da ordem” o identificava como uma ameaça à ordem social vigente.

Nas primeiras décadas do século XXI, houve um significativo aumento das pesquisas sobre a emigração portuguesa para o Brasil com uma ampliação e aprofundamento dos assuntos como as relações econômicas, o associativismo, as relações culturais e a crescente emigração de brasileiros para Portugal. A obra coletiva organizada por Lúcia Guimarães e Isabel Sarmiento (2010) demonstra o aumento quantitativo e qualitativo dos campos de pesquisa na historiografia luso-brasileira contemporânea desenvolvida no Brasil e Portugal

sob a ótica de novas abordagens da história cultural, da história política renovada e da história social. Essas abordagens, que envolvem a questão da modernização, os conflitos interétnicos e as relações Brasil-Portugal apresentam novos campos para o estudo da imigração portuguesa indo além dos interesses políticos expressos nas obras elaboradas até a década de 1960.¹

Nesse artigo analisamos a presença da colônia portuguesa na cidade do Rio de Janeiro apontando as origens e formação de um pequeno círculo de indivíduos cuja riqueza e poder econômico permitiram “investir” em atividades culturais e filantrópicas que os capacitaram a receber reconhecimento e distinção social tanto no interior da colônia quanto nas relações mantidas com os governos da sua terra de origem (Portugal) quanto de acolhimento (Brasil). Valendo-se da herança colonial e da rede de relações mercantis e sociais uma parcela dos imigrantes portugueses, no decorrer do Oitocentos, constituiu uma elite (homens de negócio dedicados ao grande comércio, à finança, à indústria e ao mercado imobiliário) mantenedora de instituições assistenciais e culturais como a Beneficência Portuguesa, a Caixa de Socorros Dom Pedro V, o Liceu Literário Português e o Real Gabinete Português de Leitura.

A abordagem do tema seguiu os argumentos de Pierre Bourdieu (1996, p. 183-191) de inserir a trajetória dos indivíduos (os homens de negócio) na superfície social (as redes familiares, associativas e empresariais) na qual eles exercem o protagonismo. Assim, foram elaboradas sínteses biográficas periodizadas em três gerações (1830-1890) de emigrados portugueses estabelecidos no Rio de Janeiro e que desempenharam papel significativo na vida empresarial e associativa da cidade na segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Com esta interseção buscou-se identificar as relações de sociabilidade e poder intraelite e a construção de uma representação do imigrante português como filantropo, honesto e trabalhador. Foram priorizados os dados coletados em pesquisa bibliográfica, notícias/obituários publicados em periódicos e alguns inventários. Desse modo, foram explorados os vínculos intraelite assim como a fundação e manutenção das associações culturais e filantrópicas que caracterizaram a colônia portuguesa na cidade do Rio de Janeiro. O levantamento, ainda que não exaustivo, permite perceber a junção entre o capital econômico e social/simbólico na atuação dos capitalistas e homens de negócios portugueses.

As migrações interatlânticas

O século XIX caracterizou-se pelo movimento e transformação trazidos pelas inovações políticas e tecnológicas que afetaram o cotidiano e a percepção que os indivíduos tinham do

1 É o caso dos portugueses Armando Aguiar (1944), Nuno Simões (1960) e António da Silva Rego (1966) que articulam o sucesso individual de uma parte dos imigrantes à valorização da mão-de-obra emigrada e as possibilidades abertas à ascensão econômica e social. Eles próprios são autores e atores da representação que a elite da colônia portuguesa elaborou para justificar sua atuação e presença no Brasil.

mundo e de si próprios. A Revolução Industrial acelerou as transformações nas relações de trabalho e produção e os meios de transporte (a ferrovia e o navio a vapor). Houve um impulso dos recursos necessários para aumentar a mobilidade das populações numa escala até então desconhecida. A navegação a vapor reduziu os custos, o tempo de duração da viagem entre a Europa e a América e tornou o fluxo de passageiros mais seguro e regular. Em consequência, os riscos causados por doenças e naufrágios foram diminuídos. Da mesma forma que a navegação à vapor, a expansão das ferrovias teve grande impacto nas migrações interatlânticas. O acesso aos portos de embarque tornou-se mais rápido e eficaz, facilitando a ação dos agenciadores e transportadores. Na América, as ferrovias trouxeram milhões de imigrantes para as pradarias da América do Norte, o Pampa argentino e ao Oeste Paulista, regiões onde a necessidade de mão-de-obra cresceram de forma exponencial a partir de 1870 com a expansão da triticultura e da cafeicultura (Nugent, 1995, p. 31-32; 91).

O desenvolvimento tecnológico foi simultâneo aos impactos gerados pela propagação do liberalismo econômico e político. As novas instituições político-sociais enquadraram as sociedades europeias, embora em parâmetros assimétricos, no livre-mercado, tanto na circulação de mercadorias quanto na força de trabalho. As migrações interatlânticas ao longo do Oitocentos, portanto, encontravam-se inserida numa estrutura econômica, política e social muito distinta de outros períodos de migração até então ocorridos nas sociedades humanas. A liberdade de migrar integrava o processo de ruptura das restrições à mobilidade da mão-de-obra e da formação do mercado de trabalho assalariado. Considerado portador de uma mercadoria, o trabalhador passou a ser deslocado espacialmente (campo/cidade, Europa/Américas) e funcionalmente (camponês/operário) seguindo a lei da oferta e da procura.²

Kaylor (1992, p. 3-14) e Watson (2004, p. 369-384) apontam o Oitocentos como o momento de constituição de uma sociedade internacional sob a égide europeia. Assentada no livre-comércio, a “sociedade global internacional” permitiu, até a 1ª Guerra Mundial, uma flexibilização no trânsito da mão-de-obra cuja expressão mais significativa foram as migrações transatlânticas europeias. É nesse contexto que se posicionaram Brasil e Portugal no fluxo migratório do século XIX com os condicionantes internos que atuaram como país-receptor e país-fornecedor respectivamente.

Embora os portugueses tenham emigrado para os Estados Unidos e Argentina, o destino principal da emigração, no decorrer do século XIX e primeira metade do século XX, continuou sendo a antiga colônia americana – o Brasil – e formaram a segunda maior colônia

2 Estima-se que 55 milhões de europeus migraram entre 1846-1924, sendo 25% “retornados” aos países de origem. Em 1930, cerca de 20 milhões de europeus viviam em outros continentes, dos quais 95% na América, especialmente e nos Estados Unidos, Argentina, Canadá e Brasil. Desde a segunda metade do Oitocentos, os países mencionados constituíam os principais receptores da imigração europeia enquanto os emigrantes eram provenientes das ilhas britânicas, da Europa Meridional, Europa Central e do império russo. Cf. Nugent (1995, p. 12; 29-30).

de imigrantes após a italiana. Diferentemente da Argentina ou dos Estados Unidos, a imigração no Brasil seguiu predominantemente para as áreas rurais, pois a política imigratória foi orientada de acordo com a estrutura da economia brasileira agroexportadora e em processo de industrialização incipiente. Até o último quartel do século XIX, a imigração portuguesa, no entanto, caracterizou-se pelo perfil eminentemente urbano e masculino, a presença maciça no comércio a retalho e o ingresso no proletariado urbano em processo de formação.³ A atração pelo Brasil explicava-se por uma conjunção de fatores que iam da língua comum e dos laços históricos, passando pelas oportunidades econômicas existentes especialmente nos centros urbanos e culminava com uma rede de relações familiares e comunitárias que facilitava a inserção do recém-chegado no país.

Até os anos 1870/1880, em meio ao predomínio da mão de obra escrava africana, os portugueses constituíam a parcela mais numerosa dos emigrantes europeus no país. Joaquim Nabuco (1880, p. 11) apontava o emigrante português como exemplo dos benefícios do trabalho livre para o Brasil:

O emigrante Português chega ao Brasil sem fortuna, mas também sem vícios, e pelo seu trabalho cria capitais; vem só, e funda uma família; seus filhos são Brasileiros; falando a nossa língua, e da nossa raça, essa imigração nem parece de estrangeiros; todos os anos; à força de privações corajosamente suportadas, ela põe de lado uma soma considerável, que na acresce tanto a riqueza de Portugal como à nossa. Todos esses benefícios merecem o mais solene reconhecimento da parte de quem, como eu, votou a sua vida política toda à causa do trabalho livre.

No último quartel do século XIX, no contexto da Grande Emigração (1880-1914), acelerou-se a imigração europeia rumo ao Brasil, principalmente, como mão-de-obra para a lavoura cafeeira em São Paulo. Nessa época, os portugueses ainda constituíam a maior colônia de estrangeiros no país, mas logo cederiam o posto para os imigrantes italianos.

Entre 1890 e 1914, o fluxo migratório português conheceu mudanças vinculadas ao aumento significativo dos números da imigração e às suas características endógenas.⁴ Até 1890 predominou a imigração individual, personificada na figura do caixeiro “engajado” no comércio. No fim do século XIX, as famílias de camponeses passaram a migrar para o trabalho na lavoura no Brasil, mas os centros urbanos permaneceram o foco principal de atração. Os

3 Na última década do Oitocentos a opção pelo Brasil abarcava 93% dos emigrantes portugueses, sendo mantida entre 1901-1911 (92,8%) declinando para 77,8% entre 1912-1920 e 66,9% entre 1921-1930. Cf. Serrão (1982, p. 34).

4 Entre 1888 e 1914, auge da imigração no Brasil, entraram no país 2.594.720 imigrantes, dos quais, 1.063.696 eram italianos, 685.696 portugueses e 438.300 espanhóis. Cf. Diegues Júnior (1964, p. 60).

imigrantes portugueses disputavam o escasso mercado de trabalho com outros imigrantes e os elementos nacionais e, com eles, constituíram uma imensa legião de pobres urbanos e de excluídos sociais cujas reivindicações, na ótica da ordem republicana oligárquica, eram identificadas com a “desordem”.

Em Portugal, por volta de 1890, a frágil situação econômica e social dos camponeses e artesãos rurais do noroeste de Portugal foi agravada pela praga da filoxera que atingiu fortemente a vitivinicultura (Pescatello, 1970, p. 46; 69-70). A crise no campo coincidiu com a crise financeira de 1890. O principal agente financeiro do estado português, o banco *Barings*, faliu e a desvalorização da moeda brasileira na praça de Londres, devido à queda do preço do café e a instabilidade política (Cabral, 1988, p. 30-34).

A crise de 1890, ressaltou o papel da emigração como um meio para garantir a sobrevivência da população e a precariedade da economia portuguesa. Oliveira Martins (1881) apontou o caráter anômalo das causas da emigração e a relacionou à questão fundiária. Enquanto a população do noroeste de Portugal migrava para o Brasil, milhares de trabalhadores eram recrutados na Espanha para trabalhar na colheita da vinha, construir ferrovias, túneis, viadutos ou empregados nos serviços domésticos. O fenômeno expressava o desequilíbrio econômico-social provocado pela elevada densidade demográfica, o extremo parcelamento da propriedade rural e a predominância da cultura hortícola especialmente no Minho (*Idem*, p. 227). Como Alexandre Herculano, Oliveira Martins preferia o Brasil como destino dos emigrantes do que a África. As razões eram políticas e econômicas. De um lado, o Brasil era a maior obra de Portugal e os emigrantes contribuiriam para manter os laços entre os dois países. Por outro lado, o Brasil era uma inestimável âncora às finanças de Portugal como mercado para os seus produtos e, principalmente, pelas remessas dos “brasileiros” (*Idem*, p. 222-223). As relações econômicas com o Brasil proporcionaram um expediente valioso para o equilíbrio do crônico déficit da balança comercial portuguesa. Por meio das exportações de alguns produtos consumidos pelos emigrados, remessas de dinheiro e dos negócios feitos pelos emigrantes eram cobertos os serviços da dívida externa e interna, o déficit comercial e executada inversões cujos resultados mais visíveis eram as propriedades dos “brasileiros” de torna-viagem e os donativos para a construção e melhorias de escola, hospitais e igrejas.⁵ O mecanismo, contudo, não retirava Portugal da teia de fatores que impulsionava a emigração, pois além de não solucionar a precariedade da estrutura econômica e social, reforçava o próprio caráter estrutural do fenômeno emigratório que adentrou pelo século XX.

5 “Calculados por Herculano (1873) em cerca de 3000 contos [moeda portuguesa], haviam subido, no tempo de Oliveira Martins (1891), a mais de 12000, e, no nosso século, Bento Carqueja avaliava-os em 20 000 contos e Emídio da Silva (1917) orçava essa importância entre 20 000 e 24 000 contos” (Serrão, 1971, p. 28).

O cenário: o país e a cidade

No contexto da emigração europeia para o Brasil durante o Oitocentos, os portugueses, além da antiguidade da sua presença no país, caracterizaram-se pelo enraizamento no meio urbano e no comércio. De acordo com o censo de 1872, os portugueses formavam a maior colônia de estrangeiros no Império e estavam relativamente organizados em associações beneficentes e culturais. A maioria dos emigrados era do sexo masculino e trabalhava nos armazéns, lojas e padarias pertencentes aos compatriotas ou nos serviços de estiva e transporte urbano. Conforme Ferreira de Castro (1983, p. 32-33), a atração do Brasil era ancestral e multigeracional:

Palavra mágica, o Brasil exercia ali um perene sortilégio e só a sua evocação era motivo de visões esplendorosas, de opulências deslumbrantes e vidas liberadas [...]. Vinha já dos bisavôs, de mais longe ainda, coisa que se herdava e legava [...] Todas as gerações nasciam já com aquela aspiração, que se fazia incômoda quando não se realizava (*Ibidem*).

O fato de os portugueses serem os proprietários dominantes do comércio atacadista e a retalho, proporcionava um nicho privilegiado no restrito mercado de trabalho livre. Enquanto os imigrantes chegados nos anos 1880/1890 para trabalhar nos cafezais foram subvencionados pelo erário público, a vinda dos portugueses estava articulada de forma intensa, aos interesses voltados para o abastecimento de mão-de-obra da economia urbana. As redes familiares e comunitárias tinham alto valor na contratação de trabalhadores pelos padrões portugueses estabelecidos no Brasil que se responsabilizavam pelo pagamento do transporte, pelo emprego do recém-chegado e pelo rude aprendizado na lide do comércio. Esse padrão foi rompido no fim do Oitocentos com a intensificação da proletarização rural em Portugal e a chegada de famílias com destino ao trabalho agrícola, porém, o meio urbano permaneceu como foco principal de atração.

Município Neutro e depois Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro era o principal porto, maior centro comercial, financeiro e industrial em um país rural e dependente da agricultura. A multiplicidade de funções potenciais a serem exercidas na urbe carioca atraía de forma poderosa trabalhadores estrangeiros e nacionais. No imaginário lusitano, especialmente para os habitantes do Douro e do Minho, o Rio de Janeiro constituía um referencial do Brasil. O Rio como “cidade portuguesa” refletia-se na arquitetura, na fonética da língua, na culinária e nas relações de sociabilidade. Essa “cidade portuguesa” mesclava-se e interagiu com a “cidade africana” para constituir uma sociedade original, incorporadora de práticas culturais e sociais distintas. Nela havia uma concorrência acirrada tanto no mercado de trabalho e nas “brechas de subsistência” quanto no mercado sentimental pois, como já mencionado, a emigração portuguesa no Oitocentos era predominantemente masculina (Lessa, 2000, p. 163). Nesse cenário, o português constituía o elemento estrangeiro mais

numeroso, tinha uma participação desproporcional no comércio e era concorrente do elemento nacional no mercado de trabalho.⁶

A articulação entre o poder econômico, influência cultural e política aliada à significativa presença numérica tornou possível a formação de uma elite que procurava identificar seus interesses como a defesa do interesse geral da colônia portuguesa e como mediadora entre os emigrados portugueses e os governos brasileiro e português. Dentro da elite, os capitalistas-homens de negócio envolvidos com o comércio atacadista e importador, a finança, a indústria tinham uma posição relevante como patronos de instituições culturais, filantrópicas e recreativas ainda presentes na cidade do Rio de Janeiro.⁷

Na cidade do Rio de Janeiro e outros centros urbanos em processo de expansão na segunda metade do século XIX como Belém, Campos, Recife, Santos, São Paulo; a diversificação econômica aliada à transição do trabalho escravo para o trabalho livre, propiciou iniciativas voltadas para os melhoramentos urbanos (a iluminação à gás, a eletricidade, os carris urbanos, o telefone, o telégrafo, a canalização de águas e esgoto), e, conseqüentemente, a ampliação de uma gama de atividades até então ocupadas por escravos ou inexistentes: cocheiros, portuários, ferroviários, motoneiros de bonde, carpinteiros, pedreiros etc. Foi na massa imigrante que uma incipiente industrialização recrutou a mão-de-obra para as indústrias têxteis e fumageiras, moagens, cervejarias e curtumes (Lobo, 1994, p. 59-60).

A imigração portuguesa incluiu agricultores, artesãos, intelectuais, pescadores, profissionais liberais e comerciantes. No entanto, foi neste último grupo que se cristalizou o estereótipo do português analfabeto, submisso, inimigo do progresso e amigo da rotina cuja única ambição era a conquista da riqueza conforme Annibal Mascarenhas, redator de *O Nacional* (29 fev. 1896, p. 1), descreveu no artigo “Como o português enriquece” (*sic*):

É o termo consagrado. Estabelecer-se quer dizer montar uma baiúca qualquer, quitanda ou taberna, espelunca ou bordel em o qual esse expatriado forma

6 Desde o último terço do século XIX, o Rio de Janeiro apresentava índices elevados de crescimento demográfico. Os censos realizados em 1872, 1890, 1906 e 1920 apresentam uma taxa de crescimento anual da população nunca inferior a 3,0%: 1872-1890 (5,20%), 1890-1906 (3,15%) e 1906-1920 (3,0%). Entre a população estrangeira, os imigrantes portugueses eram dominantes: 55.933 (1872), 106.461 (1890), 133.393 (1906) e 172.338 (1920). Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Recenseamentos de 1872, 1890, 1906 e 1920.

7 Em 1876, a cidade do Rio de Janeiro, tinha 10.264 contribuintes, dos quais 7.394 eram portugueses. Das 57.452 casas de comércio, recenseadas no Brasil, 19.512 eram portuguesas. O comércio Brasil-Portugal somava 6.000 contos fortes [moeda portuguesa], com oscilações da balança comercial favoráveis a esse último (Simões, 1960, p. 24). A outra vertente da elite da comunidade portuguesa era formada por intelectuais (escritores, jornalistas, professores e profissionais liberais) emigrados por motivação política e/ou econômica como Carlos Malheiro Dias, Fidelino de Figueiredo, Henrique Chaves, Jaime Cortesão e Ricardo Severo (Alves, 2010, p. 271-298).

como uma aranha a teia de sórdida especulação onde irremediavelmente vai cair e emaranhar-se o brasileiro.

A imagem de como o português enriquecia foi registrada de forma depreciativa pela imprensa antilusitana e concorria com aquela de valorização do português trabalhador, apolítico e obediente. O elemento ideal para a ordem social que reprimia de forma rigorosa as reivindicações do mundo do trabalho: “honesto, sóbrio, ordeiro, tolerante, arrojado e caritativo” (Muralha, p. 1927, p. 83). Essas características serviram à formação de uma representação da colônia portuguesa fundamentada no tripé filantropia, honestidade e trabalho cujo exemplo mais vistoso era o êxito e as realizações de alguns empreendedores que ascenderam de “caixeiro” à comendador e ao título de nobreza.

A “carreira” do caixeiro

No interior da transformação econômica e social geradora do mercado de trabalho assalariado é que se inseriu o imigrante português como patrão ou empregado. O comércio desempenhou importância fundamental como atividade geradora de emprego e acumulação de capital pelos imigrantes portugueses. A posição de semi-monopólio exercida pelos portugueses neste setor de economia teve origem no passado colonial. O enraizamento formado ao longo de três séculos de relações políticas, econômicas e sociais proporcionou a formação de uma rede de importação e distribuição de mercadorias que continuou a vigorar apesar da concorrência de outras nacionalidades a partir de 1808.⁸

A perpetuação desse predomínio estava vinculada ao recrutamento de jovens camponeses das províncias do norte português que constituíam o grosso da emigração portuguesa entre as décadas de 1830-1890. Emigrados com a idade entre onze e quinze anos formavam a classe dos marçanos e caixeiros, arduamente preparados e disciplinados para exercer o “ofício” e alcançar o prêmio maior: a sociedade no negócio. Era inculcada nos marçanos (aprendizes de caixeiro) a mentalidade da obediência ao patrão e disciplina rigorosa no trabalho como instrumento de ganho da fortuna. O conservadorismo social do campo português reforçava, na urbe brasileira, a ideologia da valorização do trabalho e do individualismo. Joaquim Gonçalves Moreira (1855-1939), abastado comerciante em São Paulo, descrevia nos anos 1930, as condições de trabalho no comércio do Rio de Janeiro de 1870:

8 “Era a loja, assim posto, uma espécie de patrimônio de família, legado que passava do pai luso ao filho que também era luso, ao irmão, ao sobrinho, ao neto ou um parente qualquer. Pelos umbrais das casas comerciais letreiros anunciavam: Manuel da Silva & Cia., Silva Manuel & Filhos, Antônio Manuel da Silva & Sobrinhos, Silva Ferreira & Irmãos, Ferreira, Neto & Silva” (Edmundo, 1958, v. II, p. 457).

Trabalhava-se de sol a sol. Os homens eram mais fortes de menos mandriões. Quais regalias sociais, quais casas de repouso, qual bem-estar... invencionices tolas, que só servem para tirar o estímulo à vida laboriosa que nos põe a coberto de necessidades (Aguiar, 1944, p. 84).

Ernesto Senna (s./d., p. 13), ao descrever o comércio do Rio de Janeiro no século XIX, exaltava o espírito de economia, modéstia e dedicação ao trabalho do caixeiro cujo objetivo era formar um pecúlio capaz de transforma-lo em patrão. As poucas horas livres eram dedicadas à pequenas diversões” ou “procurando na constituição da família carinhos e confortos que lhe amenizassem a existência laboriosa”. Uma típica vida burguesa oitocentista, marcada pela binômio família e trabalho sem olvidar o amparo aos menos favorecidos, pois os chefes das casas comerciais do Rio de Janeiro sustentavam as instituições de filantropia e caridade.

Mas o espírito filantrópico e caritativo não se aplicava nas relações patrão e empregado que vigoravam nas casas comerciais. O espírito de trabalho e poupança exaltado por Ernesto Senna, era para outros observadores servilismo e humilhação, embora tal atitude fosse o caminho seguro e quase que exclusivo para obter a riqueza.

Entra como marçano, aos doze anos, numa casa de comércio, onde o tratam com rudeza, mas aos quinze está habilitado, aos vinte é senhor do seu ofício, e aos trinta começa a conceber a esperança de ser rico. Para conseguir tal desideratum não fez outro esforço que não fosse o de sujeitar-se [...] sujeitar-se é aturar patrões, fazer-lhes os recados, ouvir-lhes as repreensões, ser castigado, ser humilhado [...] se a febre o não leva está seguro de não perder o seu tempo, porque a carreira do comércio no Brasil é como a carreira militar: garante promoções. Se fica na casa em que se colocou, aspira a possuí-la ou a partilhar dos seus interesses, se a deixa e tem crédito, proteções, influência, estabelece-se por sua conta, e cria uma rubrica ou uma firma, o que nessa sociedade de negociantes equivale à glória de um nome literário (Chagas, 1897, p. 137-138).

De fato, o comércio foi a origem de inúmeras fortunas na comunidade imigrante portuguesa instalada no Brasil. Na segunda metade do século XIX, o comércio de importação, especialmente o de tecidos, alavancou o processo de acumulação de capital. Capitalistas como Candido Sotto Maior, João José dos Reis, José João Martins de Pinho e José Julio Pereira de Moraes formaram as suas fortunas a partir do comércio de tecidos. Grande parte do capital acumulado no comércio era investido em imóveis e apólices da dívida pública, pois o aluguel e o juro eram considerados como provedores seguros de rentabilidade. Vejamos a composição das fortunas de três capitalistas portugueses entre 1888 e 1932.

O espólio de João José dos Reis (1820-1888), 1º conde de São Salvador de Matosinhos,

era formado por bens de raiz (na área Central da cidade do Rio de Janeiro e em Matosinhos, Portugal), apólices da dívida pública, ações de bancos, ferrovias e empresas de navegação, além dos haveres da firma João José dos Reis & Cia. A extensa lista de bens no testamento levou a duas reformas do cálculo do monte-mor concluído com o monte de 2.337:877\$015 em 1890 a ser distribuído entre a esposa e treze filhos.⁹

O inventário de Bernardino Ferreira da Costa e Sousa (1852-1909), conde de São Cosme do Vale, encontrou um monte-mor de 1.922:847\$415 formado majoritariamente por bens de raiz (1072 contos) seguido dos haveres das firmas Bernardino Ferreira Costa e Sousa & Cia. (520:025\$585) e Ferreira de Sousa & Cia (196 contos) fechando com apólices da dívida pública, ações do Banco do Brasil e empréstimos a terceiros garantidos por hipotecas sobre bens de raiz. Casado e sem filhos, o conde de São Cosme do Vale legou a maior parte da sua fortuna para a esposa, o irmão (barão de Famalicão), os sobrinhos e o engenheiro José Augusto Prestes, sócio-gerente da fábrica de gelo de Santa Luzia.¹⁰

O inventário de António Gomes de Avellar (1855-1932), conde de Avellar, distingue-se dos outros dois mencionados pela expressiva posse de ações de empresas industriais (América Fabril, Confiança, Progresso Industrial, Souza Cruz, Bom Pastor), bancos do Commercio, do qual era presidente, e Português do Brasil. O cálculo do monte-mor alcançou a soma de 1.849:962\$498 e o líquido 1.719:564\$841 formado pelos haveres da casa comissária Avellar & Cia (621:035\$148), bens de raiz e quase 600 contos em ações e apólices herdados pela esposa e seis filhos.¹¹

Uma extensa rede de relações comerciais e financeiras que cobria Brasil e Portugal, alavancou os grandes comerciantes atacadistas portugueses para o financiamento de empresas têxteis a partir de 1870. Além da capacidade de levantar recursos, esse grupo era dotado de grande experiência gerencial. Os dois fatores propiciaram a um pequeno grupo de capitalistas portugueses atuar como administradores e proprietários, além de dominar circuito de distribuição de mercadorias. Eles estiveram envolvidos na formação das grandes empresas têxteis que marcaram a industrialização da cidade do Rio de Janeiro: América Fabril, Progresso Industrial/Fábrica Bangu, Confiança Industrial, Aliança, Corcovado (Levy, p. 100-106; 149-166;

9 TJERJ. *Catálogo virtual de Processos da Nobreza*. Inventário 1º Conde de São Salvador de Matosinhos, v. II, fls. 88-89. Rio de Janeiro, 2 set. 1890.

10 TJERJ. *Catálogo virtual de...* Inventário Conde de São Cosme do Vale. Apenso. Contas do testamento, fls. 15-18 e 26-27. Rio de Janeiro, 12 jul. 1911. A Bernardino Ferreira Costa e Sousa & Cia., proprietária da fábrica de gelo Santa Luzia, a maior do Rio de Janeiro na época, e a Ferreira de Sousa & Cia. estava envolvida no comércio de frutas. Em ambas eram sócios os irmãos do conde, o comendador António Ferreira Marques Sousa e Manuel Ferreira Costa e Sousa, barão de Famalicão. José Augusto Prestes foi presidente da Beneficência Portuguesa, do Grêmio Republicano Português e do Clube Vasco da Gama (1923-1924).

11 TJERJ. *Catálogo virtual de...* Inventário Conde de Avellar. fls. 49-100. Rio de Janeiro, 27 abr. e 24 ago. 1932.

Lobo, p. 40-41).

A cidade do Rio de Janeiro, no último quartel do século XIX, caracterizava-se por crises crônicas do mercado de trabalho, péssimas condições de vida maioria da população e, nos anos 1890, pela instabilidade política dos primeiros governos republicanos. Nesse contexto, o imigrante português foi associado ao parasitismo social, ao vício e ao mal.

O português foi que introduziu no Brasil as seguintes e deprimentes coisas: A escravidão da raça preta, os mulatinhos, o realejo, os tamancos, as 'papas', a pederastia, a embriaguez, o jogo, a intriga, a pouca vergonha, o roubo, o defloramento, o anonimato e tudo que é ruim (*O Jacobino*, n. 6, 3 out. 1894, p. 3).

A imprensa jacobina associava o português com ofícios e tarefas que, de alguma forma, atuava para explorar e corromper o elemento nacional: taberneiro, agiota, leiloeiro, açougueiro, zangão, belchior, senhorio. Outros "perfis portugueses" eram as atividades humildes e sem qualificação: carregador, carroceiro, barbeiro, pasteleiro. O agiota é "o tipo exato do velhaco, do tratante, do ratoneiro legal, que sob a capa de dono de casa de penhor, rouba à olhos vistos o suor do incauto caucionador de joias" (*O Jacobino*, n. 42, 19 out. 1895, p. 1). O zangão era acusado de desequilibrar as finanças e espalhar boatos: "Seu meio de vida é a desgraça dos outros servindo de intermediário de negócios ilícitos e nas horas vagas... bate carteiras" (*O Jacobino*, n. 45, 9 nov. 1895, p. 1).

A linguagem panfletária e virulenta expressava o descontentamento político, social e econômico que seguiu o Encilhamento e as rebeliões ocorridas no governo Floriano Peixoto. A expansão do crédito impulsionada pela política revisionista iniciada no ministério Ouro Preto propiciou um curto e febril período de alavancagem da economia brasileira. As condições prévias para o que ficou conhecido como Encilhamento foram criadas pelo crescimento da entrada do capital externo, o balanço de pagamento superavitário, a valorização cambial e a abolição da escravidão. A conjuntura econômica de curto-prazo favoreceu a euforia da bolsa de valores com a incorporação de inúmeras empresas: bancos, indústrias e firmas comerciais.¹²

12 Os editores do *Almanak Laemmert* (1891, p. VI). enfatizaram a extraordinária atividade econômica na comparação das edições de 1890-1891, "que parece termos percorrido um estádio superior a 10 anos" destacando a expansão das instituições bancárias, 60 em 1890 e 110 em 1891, "não estando mencionados todos os bancos criados, uns por falta de designação local e outros já se achar impresso esta parte quando eles se instalaram". Em 1890, o banco Constructor do Brazil anunciava ter registrado o capital de 80.000 contos (*Ibidem*, p. 1120-1121). O Paris-Rio, um capital realizado de 25.000 contos e o Crédito Rural e Internacional anunciava 10.000 contos de capital (*Ibidem*, 1892, p. 1127; 1139; 1831; 1846).

13 A América Fabril é um caso de "empresa viável". Seus sócios, a maioria comerciantes portugueses, valeram-se do Encilhamento para expandir a empresa, aproveitando a oferta de crédito às indústrias, o câmbio baixo e a isenção de tarifas alfandegárias (Weid, 2009, p. 1-33).

Empresas impossíveis junto com outras perfeitamente viáveis.¹³ Um vendaval especulativo em meio à modernidade caótica tanto econômica quanto política trazida pelo regime republicano (Franco; Lago, 2012, p. 180-181). Nessa situação a grande maioria da população percebia-se lesada enquanto alguns poucos acumulavam grandes fortunas. Entre estes últimos estavam alguns capitalistas portugueses que serviam de modelo para o perfil do “agiota”, “senhorio” e “zangão”.

Condes e Comendadores

José Artur Rios ao analisar o significado social da comenda para o emigrado português salienta que “comendador” (em Portugal, o “brasileiro” enriquecido) era o agente da mudança social e ponta de lança da modernidade e a comenda uma “distinção individual, recompensa de serviços e realizações mundanas, estímulos a maiores investimentos sociais e enfim sinal de *status*” (2004, p. 314) Ao longo da segunda metade do século XIX e na primeira década do século XX, um grupo dos imigrantes enriquecidos recebeu, além das comendas, o título de nobreza, especialmente durante o reinado de D. Carlos I (1889-1908). A comenda e o título de nobreza eram retribuições por serviços prestados. No caso dos “brasileiros”, doações efetuadas a obras de caridade (asilos, hospitais, orfanatos), construção de escolas e capelas no Brasil e Portugal.¹⁴

Durante o Oitocentos, é possível distinguir três gerações na elite da colônia portuguesa estabelecida no Rio de Janeiro que desempenharam importantes funções na vida econômica e associativa tendo participado ativamente na fundação e consolidação das quatro instituições de maior peso econômico e social: a Beneficência Portuguesa, o Real Gabinete Português de Leitura, a Caixa de Socorros Dom Pedro V e o Liceu Literário Português. A primeira geração abrange aqueles que chegaram ao Brasil nos anos 1830 e 1840. É caso de João José dos Reis, Leonardo Caetano de Araújo e Rodrigo Pereira Felício. A segunda geração inclui os emigrados dos anos 1850 e 1860 ocupantes das principais posições na direção da colônia do fim do Oitocentos como António Gomes de Avellar, Bernardino Ferreira da Costa e Sousa e José Julio Pereira de Moraes. Por fim, a terceira geração entre 1870 e 1890 é aquela identificada com os industriais Albino Sousa Cruz e Zeferino de Oliveira. Essas três gerações de imigrantes compartilhavam determinadas características: chegada ao Brasil no período anterior à Grande Emigração, a idade da emigração (adolescência) e o recrutamento e emprego no comércio como caixeiro. A exceção são os emigrados políticos e os intelectuais.

As histórias de sucesso dos imigrantes portugueses no Brasil constituíam um elemento essencial para o mito da antiga colônia como “árvore das patacas” e “esquecimento” da

14 Houve casos de dupla nobilitação como José João Martins de Pinho (barão de Alto Mearim no Brasil e conde de Alto Mearim em Portugal) e Manuel Salgado Zenha (barão de Salgado Zenha).

permanência das condições de exclusão social da grande maioria nos dois lados do Atlântico. Em Portugal, a riqueza do emigrado era materializada em benfeitorias e suntuosas residências construídas pela minoria que acumulara fortuna e que retornava à aldeia natal para gozar o que julgava ser uma merecida recompensa. Nomes como Agrolongo, em Sande; São Cosme do Vale, em Famalicão; São Salvador de Matosinhos, em Matosinhos; e Sousa Cruz, em Santa Eulália da Palmeira, até hoje estão associados à história e memória dessas localidades. Mas o “brasileiro” enriquecido tornou-se alvo também de zombarias e personagem das obras de Camilo Castelo Branco e Júlio Dinis (*apud* Serrão, 1976, p. 180):

Saíra criança da aldeia e fora tentar a fortuna no Brasil. Por lá esteve quarenta anos e voltou o homem grave que vemos e rico. O como enriqueceu não sei, e ninguém na terra o sabia. Veio edificar uma casa no sítio em que nascera, uma casa grande de cantaria e azulejo, com três andares e varandas, jardim com estátuas de louça [...] o qual jardim tinha mais fama, naquelas aldeias vizinhas, do que os jardins da Babilônia.

A longo prazo, o “brasileiro” era assimilado e a fortuna recente era esmaecida o estabelecimento e laços familiares e interesses em comum. Foi o caso do secretário particular de D. Carlos I, José Ferreira Pereira Felício (1853-1905), 2º conde de São Mamede, cujo pai Rodrigo Pereira Felício (1820-1872) emigrou adolescente para o Brasil. Debaxo da proteção do tio, Joaquim António Ferreira (1777-1859), visconde de Guratiba,¹⁵ Rodrigo acumulou fortuna no comércio e tornou-se banqueiro. Foi diretor do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, do Brazilian and Portuguese Bank e do Banco Comercial do Rio de Janeiro. Membro destacado da Associação Comercial e presidente da Beneficência Portuguesa (1866-1871). Rodrigo Pereira Felício recebeu os títulos de visconde (1866) e conde (1869) de São Mamede. José Ferreira Felício herdou não apenas a fortuna paterna como aumentou seu capital social e introduziu-se no círculo da família real portuguesa (Zuquete, 1960-1961, v. III, p. 334-335).

João José dos Reis, visconde (1873) e 1º conde de São Salvador de Matosinhos (1880) foi uma das principais figuras do comércio e da finança do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX e grande benemérito das associações portuguesas. Filho de lavradores, partiu para o Brasil em 1833 acompanhado do pai. No Rio de Janeiro começou a trabalhar como caixeiro numa casa comercial em que um tio era sócio. Em 1842 casou com a filha do sócio principal, o major Antônio José do Amaral, e foi associado à firma (Amaral, Filho, Reis & Cia).¹⁶

15 O visconde de Guaratiba foi um dos maiores traficantes de escravos do Brasil nas primeiras décadas do século XIX, provedor da Santa Casa de Misericórdia e benemérito de várias instituições religiosas (Batista, 2006, p. 1-7).

16 TJERJ. *Catálogo virtual de...* Inventário 1º Conde de São Salvador de Matosinhos, v. I, fls. 22-23; v. II, fls. 319-333.

A João José dos Reis & Cia., fundada em 1844, tornou-se a representante geral da Cia. Geral de Vinhos do Douro no Brasil e uma das grandes casas comerciais da praça do Rio de Janeiro.

Após a abolição do tráfico negreiro interatlântico (1850), João José dos Reis diversificou os seus negócios e tornou-se banqueiro. Foi presidente e um dos maiores acionistas do Banco Comercial do Rio de Janeiro, diretor do Banco do Brasil e das companhias de seguros Confiança, Fidelidade e Garantia. Com o 1^a conde de São Mamede fundou o Brazilian & Portuguese Bank (English Bank of Rio de Janeiro). Na década de 1880 participa da fundação da Confiança Industrial e da Progresso Industrial do Brasil/Fábrica Bangu. Em 1884, estava à frente da *Cia. Brasileira de Navegação a Vapor* e do lançamento da *S.A O Paiz*, jornal dirigido por seu filho João José dos Reis Júnior (1846-1922), 2^o visconde de São Salvador de Matosinhos. Nestas duas últimas empresas tinha como sócio o conselheiro Francisco de Paula Mayrink,¹⁷ um dos maiores financistas do Brasil no fim do Oitocentos.¹⁸

Ao lado das atividades financeiras e mercantis, Matosinhos auxiliou instituições no Brasil, Uruguai e Portugal. Participou da comissão dos hospitais para combater a epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro (1873) e da comissão de socorros às vítimas de inundações em Portugal (1876). Segundo Pizarro Loureiro, Matosinhos libertou os escravos que possuía, incentivou a alforria daqueles listados no espólios de portugueses e como comerciante recusou o recebimento de escravos em consignação (1960, p. 111).

As múltiplas atividades do conde de Matosinhos o situaram como figura de proa da colônia portuguesa na segunda metade do século XIX. No plano econômico e social, estava relacionado a importantes capitalistas do Rio de Janeiro. Além dos já mencionados Francisco Mayrink e Rodrigo Pereira Felício (seu conterrâneo de Matosinhos), o seu círculo social incluía José João Martins de Pinho (também nascido em Matosinhos), Bernardino Ferreira da Costa e Sousa,¹⁹ Boaventura Gonçalves Roque (visconde de Rio Vez), Jerônimo José de Mesquita (conde de Mesquita) e Manuel Salgado Zenha (empregado e depois sócio na firma João José Reis & Cia.). Os três últimos citados como “compadres e amigos” no seu testamento.²⁰

A importância dos laços sociais formados pelo matrimônio, amizade e pelo local de nascimento aparecem de forma relevante na trajetória de José João Martins de Pinho (1849-1900), barão (1880) e conde de Alto Mearim (1891). Martins de Pinho emigrou para o Brasil com 14 anos. No Rio de Janeiro, empregou-se na firma Alves Machado & Cia., atacadista de

17 O conselheiro Mayrink manteve sociedade com vários capitalistas portugueses especialmente em empresas bancárias lançadas durante o Encilhamento.

18 *Traços Biográficos do Conde de São Salvador de Matosinhos*, 1891, p. 3-4.

19 O conde de São Cosme do Vale fundou, em 1885, a Real Associação Beneficente Conde de Matosinhos (depois denominada Real Associação Beneficente Condes de Matosinhos e São Cosme do Vale) homenageando o seu protetor no comércio.

20 TJERJ. *Catálogo virtual de...* Inventário 1^o Conde de São Salvador de Matosinhos, v. I, fl. 37, 11 maio 1878.

tecidos. Ali galgou todos os degraus: caixeiro, escriturário, gerente e sócio. Contraíu matrimônio, sucessivamente, com duas filhas de Boaventura Gonçalves Roque (1822-1894), visconde de Rio Vez,²¹ comerciante e financista da praça do Rio de Janeiro (Zuquete, v. III, p. 235). O Encilhamento alavancou a sua fortuna. Em 11 de outubro de 1889, junto de Francisco Mayrink e João da Mata Machado, Martins de Pinho incorporou o *Banco Constructor do Brazil*. Além do *Constructor*, Martins de Pinho esteve associado aos bancos Crédito Real do Brasil, Crédito Real de São Paulo, Paris e Rio e Regional do Brasil. Em 1891, antes do colapso da bolsa de valores, Martins de Pinho retornou a Portugal de forma definitiva e foi eleito durante três legislaturas deputado por Santarém (1892-1897) e tornou-se par do Reino (1898).

Presidente do Liceu Literário Português (1880-1891), Martins de Pinho sustentou financeiramente a instituição. Como banqueiro e mecenas proporcionou a colocação de amigos e familiares no Liceu e em suas empresas bancárias. Seu irmão, Alfredo Montanha Martins de Pinho, barão de Burgal (1891), sócio na firma Martins de Pinho & Cia., foi presidente do Banco Regional do Brasil e diretor do Liceu Literário. Três outros personagens do círculo de Martins Pinho ocuparam cargos de diretor em bancos nos quais era sócio: Boaventura Gaspar da Costa Barbosa, Luís Faro e Oliveira e Manoel da Silva Cotta. Os três tinham como ativo o capital intelectual e o empregaram no engrandecimento das empresas econômicas e sociais de Martins de Pinho e foram recompensados financeiramente e com prestígio social.

Faro e Oliveira (1847-1906), visconde de Faro e Oliveira (1891), estabeleceu-se no Rio de Janeiro aos doze anos de idade. Inicialmente caixeiro e guarda-livros, em 1886 fundou a Livraria Contemporânea (Faro & Nunes). Protegido por Martins de Pinho, foi diretor do Banco de Crédito Real do Brasil, da Cia. Villa Mearim, da Beneficência Portuguesa, da Caixa de Socorros Dom Pedro V e do Real Gabinete Português de Leitura. Um dos fundadores do Liceu Literário Português, Faro e Oliveira obteve o patrocínio de Martins de Pinho para aquela instituição (*O Paiz*, 30 nov. 1906, p. 2).

Manoel Teixeira Cotta (1847-1900) foi outro emigrado adolescente para o Rio de Janeiro. Empregado no comércio, tornou-se secretário da administração de *O Paiz* (1884) e participou das campanhas abolicionista e republicana. Ao contrário da maioria dos seus conterrâneos e sócios, Manoel Cotta era republicano, e após a proclamação da república, de novo na contramão, naturalizou-se brasileiro e apoiou o governo Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada (1893-1894) tendo recebido a patente de tenente-coronel da Guarda Nacional e coronel honorário do Exército. Como diretor de *O Paiz*, Manoel Cotta representou os interesses de Martins de Pinho e Reis Júnior nessa empresa jornalística e integrou a direção

21 O visconde de Rio Vez era irmão de Manuel António Gonçalves Roque (1834-1886), visconde de Sistelo, abastado comerciante de café e negociante de grosso trato matriculado no Tribunal de Comércio do Rio de Janeiro. Manuel António casou com uma sobrinha filha do visconde de Rio Vez (Zuquete, v. III, p. 390-391). As relações matrimoniais Gonçalves Roque/Martins de Pinho demonstram as estratégias de conservação da fortuna no círculo intrafamiliar. Martins de Pinho ainda era parente próximo de José da Silva Passos e de Passos Manuel, políticos proeminentes no reinado de Dona Maria II (1834-1853).

dos bancos Crédito Real do Brasil e Estados Unidos do Brasil. Recebeu o título de visconde Silva Cotta (1891) por serviços prestados ao Liceu Literário Português, mas teria recusado a nobilitação em razão das suas convicções republicanas (*O Paiz*, 7 jul. 1900, p. 1-2).

Boaventura Gaspar da Costa Barbosa (1855-1910), visconde de São Boaventura (1893), pertencia a um estrato social mais elevado do que o de Faro e Oliveira e Silva Cotta. Filho de magistrado, estudou em Coimbra e cedo dedicou-se ao jornalismo e à literatura. No Brasil, trabalhou em periódicos de Campinas, Franca e São Paulo. A convite de Martins de Pinho tornou-se diretor de o Banco de Crédito Real do Brasil. Como seu protetor e Faro e Oliveira, Boaventura retirou-se para Portugal antes de estourar a bolha do Encilhamento. Antiflorianista convicto, Boaventura escreveu um livro atacando o governo Floriano e defendendo a imigração portuguesa contra o jacobinismo lusófono: *O Brazil Actual*, 1895 (*O Paiz*, 19 nov. 1900, p. 6).

O Encilhamento abriu oportunidades aos homens de negócio portugueses inseridos no alto comércio e na finança do Rio de Janeiro. De um lado, como se percebe pelo círculo econômico e social próximo de Martins de Pinho (conde de Alto Mearim), a participação nas manobras especulativas estava aberta a indivíduos que não eram vinculados diretamente ao meio financeiro, mas que possuíam capital intelectual. Por outro lado, a destacada posição dos banqueiros e especuladores de origem portuguesa no Encilhamento tornava a colônia portuguesa bastante vulnerável aos ataques da imprensa jacobina e antilusitana que os assinalavam como os responsáveis pelos efeitos da especulação sobre a população, a carestia e a inflação, somados aos escândalos financeiros e a corrupção dos agentes públicos. Em junho de 1892, Paço d'Arcos, ministro de Portugal no Rio de Janeiro, informava Lisboa que o governo Floriano Peixoto, para pôr fim às negociatas, pretendia solicitar a extradição de vários capitalistas portugueses, como Martins de Pinho, Faro e Oliveira, José Júlio Pereira de Moraes e Luís Maylasky.²² Paço d'Arcos alertava para o efeito nocivo de nobilitar-se indivíduos suspeitos de envolvimento em fraudes financeiras (Costa, 1979, p. 234). Nessa situação, foi preso o banqueiro e industrial Sebastião de Pinho acusado de estelionato e apontado pelos contemporâneos como responsável “quase exclusivamente pelo célebre encilhamento” (*A Noite*, 29 dez. 1914, p. 2).

Sebastião Lopes da Costa Pinho (1855-1914), conde Sebastião de Pinho (1891), chegou a Salvador em 1872. Depois de residir na cidade do Rio Grande e em Montevidéu, estabeleceu-se no Rio de Janeiro nos anos 1880 já possuindo fortuna adquirida no comércio de fumo e bilhetes de loteria. Entre 1889 e 1891, Sebastião de Pinho organizou ou participou do lançamento de vários empreendimentos como o Banco Paris e Rio, a Empresa Industrial e Colonizadora e a Empresa Industrial Brasileira. Esta última estava localizada no antigo engenho Sapopemba, atualmente os bairros de Deodoro e Marechal Hermes, e possuía olarias, serraria,

22 Luís Maylasky (1836-1906). Comerciante húngaro (Maylasky & Cia.) e acionista da Estrada de Ferro Sorocabana. Recebeu o título de visconde de Sapucahy em 1891 (Zuquete, v. III, p. 360).

alambiques e fábrica de tecidos de linho. Em 1892, o Banco Paris e Rio anunciava que possuía sede no Rio de Janeiro, filiais em Lisboa e Santos (*Almanak Laemmert*, 1892, p. 1139 e 1846). As empresas de Sebastião de Pinho foram liquidadas e ele foi alvo de processos judiciais ainda em andamento quando do seu falecimento. Espírito arrojado e empreendedor ou arrivista de moral duvidosa, o conde Sebastião de Pinho deixou uma imagem controversa entre os seus contemporâneos e contribuiu para o estereótipo do imigrante português parasita, o zangão, da propaganda antilusitana.

Mais exitoso nos negócios, e na memória da colônia portuguesa, foi a trajetória de José Júlio Pereira de Moraes (1848-1931), visconde de Moraes (1889), que ocupou a primazia na vida associativa da colônia portuguesa no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Em 1891, o visconde de Moraes era o presidente e principal acionista do Banco de Crédito Rural e Internacional (*Ibidem*, p. 1127 e 1831). Filho de pequenos proprietários rurais em Sabrosa (Trás-os-Montes), o futuro visconde embarcou para o Rio de Janeiro em 1866 já possuidor de experiência comercial adquirida em estabelecimentos mercantis do Porto. Empregado numa loja de louças, logo se transferiu para o armazém de Bruno Teles de Menezes e Vasconcelos, um emigrado miguelista. Tornou-se sócio da firma em 1873 e único proprietário em 1875. Casou-se com Etelvina Pereira de Magalhães, filha do comendador Honório Pereira de Magalhães. Como já mencionado, Pereira de Moraes retornou para Portugal em 1891 e ali permaneceu até 1895. Ao retornar ao Brasil, fundou uma companhia hipotecária e em 1900 assumiu o controle da Cia. Cantareira e Viação Fluminense.²³ Em 1912 vendeu o controle da Cantareira para a *Leopoldina Railway* e teve à sua disposição grandes capitais que possibilitaram investimentos no mercado imobiliário do Rio de Janeiro (Cia. Territorial) e São Paulo (Parque da Várzea do Carmo), financeiro (Banco Português do Brasil) e industrial (Manufatura Nacional de Porcelana) (Cf. Dias, 1931). Os investimentos do visconde de Moraes exemplificam a articulação do capital mercantil, do capital imobiliário e do capital financeiro que caracterizaram a economia do Rio de Janeiro na passagem do século XIX ao XX.²⁴

Além da indústria têxtil, os imigrantes portugueses estiveram envolvidos no desenvolvimento da indústria fumageira, bebidas e sabões e velas. José Francisco Corrêa (1853-1929), visconde de Sande (1898) e conde de Agrolongo (1904), foi um dos pioneiros da indústria do fumo no Brasil com a fundação da Grande Manufatura de Fumos Marca “Veado” (José Francisco Corrêa & Cia.). Presidente da Beneficência Portuguesa (1899-1902), o conde de Agrolongo fez inúmeras doações às associações beneficentes no Brasil e Portugal, além de

23 Em Niterói, a Cantareira era concessionária dos carris urbanos, do fornecimento de eletricidade, do abastecimento de água esgoto e das barcas entre Niterói e Rio de Janeiro.

24 O visconde de Moraes possuía um dos maiores patrimônios imobiliários da cidade do Rio de Janeiro e uma das maiores fortunas do país no início do século XX (*A Noite*, 7 set. 1911, p. 1).

ter sido um grande incentivador da fotografia recurso que utilizava para promover a venda de cigarros da sua empresa (Muralha, 1927, p. 196-198; *O Paiz*, 15-16 abr. 1929, p. 5).

A indústria do fumo foi a base da fortuna de outro imigrante cujo nome tornou-se símbolo desta indústria no Brasil. Albino Sousa Cruz (1874-1966), acompanhado do irmão mais novo, emigrou para o Brasil em 1885. O pai residiu no Brasil durante vinte anos e conseguiu formar um pecúlio com o qual comprou uma pequena quinta. No entanto, a lavoura mostrou-se insuficiente para sustentar a família numerosa (onze filhos). No Rio de Janeiro, Sousa Cruz empregou-se na fábrica do conde de Agrolongo e ali trabalhou durante 18 anos. Em 1903, fundou a Souza Cruz & Cia. localizada no Centro da capital. Em 1908, em rápida expansão, transferiu o negócio para as instalações da antiga Imperial Fábrica Paulo Cordeiro, no bairro da Tijuca. Em 1914, associou-se à *British Tobacco* formando uma sociedade anônima com capital de 4.000 contos de réis. Permaneceu seu presidente até 1962, mas sem interferir na administração. Praticamente retirado dos negócios, Sousa Cruz dedicou-se à vida comunitária das associações luso-brasileiras. Foi presidente do Real Gabinete Português de Leitura (1919-1962) e da Federação das Associações Portuguesas no Brasil (1941-1962). A partir de década de 1930, após o falecimento do visconde de Moraes, Sousa Cruz, tornou-se a principal liderança da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro e no Brasil (*O Mundo Português*, n. 743, 13 fev. 1966, p. 2).

Zeferino de Oliveira (1873-1929) foi um dos principais industriais do Rio de Janeiro nas décadas de 1910 e 1920. Proprietário da Fábrica Globo (velas, glicerina e sabão). Maior acionista da companhia Hanseática, a partir de 1916 moderniza a empresa e a posiciona como uma das maiores cervejarias do país na primeira metade do século XX. Em 1919, torna-se sócio da tradicional Cia. Luz Stearica e em 1929 expande a atuação da empresa para a moagem (Moinho da Luz). Em seguida adquire a fábrica de cigarros do conde de Agrolongo. Ainda na década de 1920 era acionista e diretor do Banco Português do Brasil, no qual eram acionistas Albino Sousa Cruz, Candido Sotto Mayor, o conde de Avellar e o visconde Moraes. Junto da atividade empresarial, Zeferino de Oliveira desenvolveu intensa atividade filantrópica como benemérito da Beneficência Portuguesa (Muralha, p. 203-204).

Filantropia, honestidade e trabalho

O espírito associativo do imigrante português favoreceu a formação de clubes esportivos, orfeões, tunas e bandas que junto das associações culturais e filantrópicas desempenharam papel importante na sua adaptação e integração ao meio urbano brasileiro, porém, sem perder os laços com Portugal. As manifestações da vida coletiva e social serviram para a construção da imagem filantrópica da elite da colônia portuguesa – a filantropia, honestidade e trabalho – difundida em discursos, obituários e publicações. A benemerência e o mecenato explicitavam o poder econômico e social dos comendadores e nobilitados das comunidades de imigrantes portugueses espalhados pelo Brasil. A fundação e o processo de

consolidação do Gabinete Português de Leitura (1837), da Beneficência Portuguesa (1840), da Caixa de Socorros Dom Pedro V (1863) e do Liceu Literário Português (1868) estão associados à acumulação de riqueza e busca de prestígio social do pequeno círculo de homens de negócios, emigrados de Portugal no decorrer do Oitocentos, a maioria proveniente do meio rural. A memória das instituições mencionadas tem como característica comum apresentá-las como pioneiras e fruto do empenho de indivíduos que superaram as dificuldades iniciais para obter o patrocínio dos milionários da colônia. No início tiveram a concorrência da Santa Casa de Misericórdia, das ordens religiosas e das ordens terceiras, como a Irmandade da Candelária ou do Carmo; ou da indiferença em relação à instrução. O estado de penúria foi descrito em relatório de 1871 apresentado pelo visconde São Cristóvão (José Marcelino da Costa e Sá), presidente do Real Gabinete:

O Gabinete Português de Leitura carece tanto de um edifício próprio, como as beneméritas sociedades Beneficência Portuguesa e Caixa de Socorros D. Pedro V carecem de renda para a sua manutenção, a primeira, e a segunda de asilo vasto como é grande a sua missão caritativa. Enquanto não se realizarem estes três planos de generosa ambição nem o Gabinete poderá prosperar, nem a Beneficência subsistir sem o pesado e contingente ônus da mordomia, nem tão pouco a Caixa de Socorros poderá evitar que, na melhor intenção de socorrer infelizes, se povoe a mãe pátria de inválidos e indigentes (*apud* Silva, 1977, p. 39-40).

No relatório apresentado em 6 de março de 1880, ano de lançamento da pedra fundamental do prédio-sede, a diretoria do Real Gabinete de ainda marcava a falta de apoios na colônia e apontava como causa desse desfavor a preponderância da visão caritativa religiosa da filantropia (“hospital e esmola”) sem cuidar da escola e instrução (*Ibidem*, p. 51-55).

A situação de penúria e descaso apontada nos relatórios, no entanto, começava a mudar a medida que a acumulação de riqueza propiciou o crescimento das doações e um papel social cada vez mais importante aos seus patronos. As doações abriam o caminho para as comendas (Conceição da Vila Viçosa, Ordem de Cristo, Ordem da Rosa) e à nobilitação (barões, condes e viscondes) inserindo-se no processo de legitimação social de novos-ricos geralmente de origem humilde.

Joaquim da Costa Ramalho Ortigão (1842-1889), irmão do escritor José Duarte Ramalho Ortigão, emigrou aos 13 anos para o Brasil. Aos 24 anos já era sócio-gerente de uma grande casa comissária de café (Souza Breves & Cia.). Nessa atividade envolveu-se na propaganda do café brasileiro na Europa e nos Estados Unidos e na fundação do Centro da Lavoura e do Comércio. Com a sua própria comissária de café (Ortigão & Cia.) acumulou fortuna e empenhou-se na administração das associações da colônia. Ocupou a presidência da Caixa de Socorros Dom Pedro V (1871), mas foi como presidente do Real Gabinete (1885-1888)

que alcançou notoriedade ao inaugurar o magnífico prédio de arquitetura neomanuelina²⁵ da instituição em 1887 (Taborda, 1937, p. 137-139).

Fundada por José Marcelino da Rocha Cabral, a Beneficência Portuguesa conheceu um período de grande expansão a partir de 1870 com o patrocínio do grupo de beneméritos liderado pelo conde São Salvador de Matosinhos. No largo período da sua presidência (1871-1887), o Hospital São João de Deus foi ampliado (1880) e inaugurado o Asilo de Artes e Ofícios (1884) com a despesa total de mais de 600 contos (Braga, 1900, p. 9-10). A gestão de Matosinhos mobilizou uma larga soma de doações (chamadas de mordomias)²⁶ que transformaram a Beneficência em uma instituição hospitalar de referência na cidade do Rio de Janeiro.

A dependência das doações e subsídios arrecadado entre os homens de negócio da colônia, contudo, fragilizava às finanças das associações. O falecimento do conde de São Salvador de Matosinhos agravou as condições financeiras da Beneficência e o recém-inaugurado Asilo de Artes e Ofícios foi fechado (*Ibidem*, p. 8). Era fundamental que os ocupantes da diretoria dessas instituições fossem figuras proeminentes da vida econômica e com prestígio para arrecadar os recursos necessários para manter e expandir as atividades (hospital, gabinete de leitura, assistência social). Desse modo, considerando a quantidade de associações portuguesas existia uma concorrência acirrada por recursos.²⁷

A presidência da Beneficência Portuguesa constituía uma grande honraria e engrandecia o prestígio social do seu ocupante usualmente nobilitado pelo rei de Portugal como foram António Teixeira Rodrigues, visconde (1890) e conde (1892) de Santa Marinha, e António Gomes de Avelar, visconde (1897) e conde de Avelar (1901).

António Teixeira Rodrigues, nasceu em Santa Marinha (Douro) em 1850 e faleceu no Rio de Janeiro em 1900. Segundo *O Paiz* (4 nov. 1900, p. 2), Teixeira Rodrigues era “filho de pais paupérrimos, a sua vida no Rio de Janeiro iniciou-se em trabalhos muito modestos, revelando logo um admirável espírito de iniciativa”. No Liceu Literário Português, ele adquiriu conhecimentos de arquitetura e construção que o auxiliaram no ofício de pedreiro e empreiteiro realizando obras em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Para Simão de Laboreiro (1940, p. 116), a presidência do conde de Santa Marinha (1890-1894) recuperou as finanças da Beneficência deficitárias após a morte do conde São Salvador de Matosinhos.²⁸

25 A construção do edifício teve um custo de 585:521\$210 (Braga, 1900, p. 13).

26 A mordomia era a obrigação de apoiar durante determinado mês as despesas da Beneficência. Podia ser assumida individualmente ou por um grupo (Pizarro Loureiro, 1960, p. 194).

27 O conde de Agrolongo foi elogiado por Pizarro Loureiro por aumentar e consolidar o patrimônio da Beneficência por meio de um Livro de Ouro. O mesmo elogio foi feito a Manoel António da Costa Pereira (1839-1923), conde Costa Pereira (1910), em cuja presidência (1903-1908) as mordomias alcançaram cerca de 600 contos (Pizarro Loureiro, 1960, p. 137-141).

28 No último biênio da sua presidência, o conde de Santa Marinha promoveu a subscrição de 726:100\$000 em benefício da Beneficência. Um valor bastante expressivo na época (Braga, 1900, p. 13).

Antônio Avellar, por sua vez, foi presidente da Beneficência (1897-1898) e do Real Gabinete (1899-1903). Filho de um capitão de navios, Avellar chegou ao Brasil com onze anos de idade. Fez fortuna no comércio de café e primeiro presidente e fundador do Centro de Comércio de Café do Rio de Janeiro (1901). Além do café, o conde de Avelar tinha interesses na área bancária (Banco da Lavoura e Comercio, Banco do Commercio) e industrial (Carioca e América Fabril) (Zuquete, 1960-1961, v. II, p. 347-348).

O Liceu Literário Português, ameaçado pela inanição financeira, foi salvo do fechamento pelo apoio de Martins de Pinho. Em 1883, já presidente da instituição, o Liceu ganhou sede própria na rua da Prainha. Mas a doação mais significativa, veio com a incorporação do Banco Constructor do Brasil (1889) e a bonificação de 600 contos recebida pela direção do banco, entre os quais Martins de Pinho e Faro e Oliveira, que encaminharam a sua parcela para o Liceu. Na história da instituição, a doação permitiu a melhora da situação financeira e a expansão das suas atividades (Muralha, p. 160-166).

Iniciativas como as de Martins de Pinho, João José dos Reis e Ramalho Ortigão, foram típicas da elite da colônia portuguesa nos períodos de expansão econômica. Quando se registravam, porém, as crises econômicas, as associações eram impactadas de forma imediata com a redução das doações e dos rendimentos, geralmente provenientes de títulos e apólices, insuficientes para custear as atividades de rotina e ameaçavam a própria sobrevivência como ocorreu na falência da casa bancária A.J Souto & Cia. (1864) na qual a Beneficência e a Caixa de Socorros Dom Pedro V tinham depósitos.²⁹

Leonardo Caetano de Araújo (1818-1904) teve na Caixa de Socorros Dom Pedro V papel semelhante ao de Martins de Pinho no Liceu Literário. Por ocasião da falência da A.J Souto & Cia., Leonardo Caetano era o tesoureiro da Caixa e conseguiu recuperar os investimentos aplicados na casa bancária.³⁰ Leonardo Caetano chegou a Salvador em 1832 e empregou-se como caixeiro. Logo mudou para o Rio de Janeiro, onde trabalho de comércio de sapatos e secos e molhados. Após fracassar em negócio próprio e perder todo o seu capital, em 1841, empregou-se como empacotador de jornais no *Jornal do Commercio*. Sua ascensão na empresa foi rápida. Em uma década passou de guarda-livros a sócio da firma. Foi diretor da editora do jornal de 1850 até a morte atravessando as diversas transformações societárias (Villeneuve & Cia.; Rodrigues & Cia.) (Senna, s./d., p. 15). O espírito de parcimônia e cautela financeira demonstrados por Leonardo Caetano na Caixa de Socorros caracterizaram também a administração da sua fortuna pessoal baseada em aplicações típicas do capital rentista (bens

29 Antônio José Alves Souto (1813-1880), visconde de Souto. No momento da falência, Souto era presidente da Beneficência (1862-1864). A instituição tinha 50 contos depositados na casa bancária que Souto conseguiu restituir à Beneficência.

30 A Caixa de Socorros teve prejuízo de 30 contos com a quebra do Souto. Recebeu um legado de 205 contos no testamento de Leonardo Caetano. Em 1905, o patrimônio da instituição alcançava 1.018:568\$460 réis (*Portugal Moderno*, n. 475, 2 abr. 1910).

de raiz e apólices). Em seu testamento deixou legados para irmandades religiosas (Carmo, Lampadosa, Penha), Santa Casa de Misericórdia, Caixa de Socorros Dom Pedro V, Liceu Literário Português, Real Gabinete de Leitura, entre outras. Seus bens em Portugal foram distribuídos para obras filantrópicas na freguesia de Parada de Gatim, sua terra natal, além de beneficiar amigos, familiares e afilhados (*Portugal Moderno*, n. 240, 16 jul. 1904, p. 1-2).

Testamentos com legados em benefício das ordens terceiras, instituições filantrópicas e culturais, no Brasil e Portugal, foram frequentes entre os imigrantes portugueses enriquecidos no fim do Oitocentos e início do século XX. Em 1888, António Gonsalves de Araújo legou toda a sua fortuna para a irmandade da Candelária com a condição de ser construído um abricó para crianças desvalidas, o Educandário Gonsalves de Araújo, no bairro de São Cristóvão (Lobo, 1994, p. 140). O conde de São Cosme do Vale, várias vezes mordomo da Beneficência, fundou, como já mencionado, uma associação beneficente e realizou inúmeros benefícios em Vila Nova de Famalicão, sua terra natal (*O Paiz*, 26 out. 1909, p. 4).

A filantropia e o mecenato foram enaltecidos como práticas que engrandeciam a presença portuguesa no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, e frequentemente associados em frases clichês que exaltavam o trabalho e o esforço individual dos emigrantes. Zeferino de Oliveira fora um trabalhador “honrado e infatigável” (*O Globo*, 12 jan. 1929, p. 1-2). O conde de Agrolongo foi “um padrão de operosidade discreta e brilhante” (*O Globo*, 15 abr. 1929, p. 1). A fortuna e as honrarias recebidas pelo visconde de Moraes não eram o traço marcante de seu engrandecimento e sim o fato de ter preservado as características próprias da identidade portuguesa: a honradez, a inteligência e o trabalho (Muralha, 1927, p. 271-274).

Considerações finais

Os imigrantes portugueses foram agentes dinâmicos no processo de crescimento da economia urbana e da constituição da moderna empresa capitalista na cidade do Rio de Janeiro. No interior da colônia portuguesa no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, objeto desse estudo; um grupo reduzido de homens de negócio formava a elite e patrocinava diversas associações culturais e filantrópicas. O capital econômico dessa elite provinha, em grande parte do comércio, da finança e dos benefícios do capital rentista, desdobrando-se no fim do século XIX em investimentos na indústria.

O círculo de sociabilidade do grupo dirigente das instituições filantrópicas e culturais não era muito extenso. Geralmente originários do norte de Portugal, os capitalistas filantropos estavam associados em empresas mercantis, financeiras e industriais, nas quais se entrelaçavam alianças familiares e redes de sociabilidade, e ocupavam os postos de direção das associações. O patrocínio e o exercício de cargos de prestígio potencializavam o capital social adquirido através da acumulação da riqueza. A filantropia era retribuída em comendas e títulos nobiliárquicos concedidos pelas monarquias brasileira e portuguesa. Na falta delas, os patronos das instituições recebiam deferências que simbolizavam o reconhecimento do seu

status social tanto no Brasil quanto em Portugal.

Finalmente, cabe notar que a trajetória individual portadora de uma experiência com motivações e objetivos singulares foi frequentemente cruzada à percepção difusa que a colônia portuguesa introjetava da emigração. O Brasil como local ideal – “árvore das patacas” – para fugir de desconsoções e aperturas trazidas da ingratidão da terra que tira a muito mais do que dava. O Brasil do bom emprego no comércio onde se começava como caixeiro e chegava-se a comendador. Mas, no interior da colônia, existiam clivagens econômicas, políticas e sociais sobrepostas ao fato do emigrante ser um expatriado. Estas clivagens estavam unidas à disseminação das relações de trabalho assalariado e contribuía para matizar os laços da nacionalidade ou da solidariedade aldeã muito valorizados nas associações da colônia apoiadas financeiramente pela minoria que conseguira alcançar a “árvore das patacas”.

Referências

Periódicos

A Noite, Rio de Janeiro, 1911-1914.

Almanak Laemmert, Rio de Janeiro, 1891-1892.

O Globo, Rio de Janeiro, 1929.

O Jacobino, Rio de Janeiro, 1894-1895.

O Mundo Português, Rio de Janeiro, 1966.

O Nacional, Rio de Janeiro, 1896.

O Paiz, Rio de Janeiro, 1900-1929.

Portugal Moderno, Rio de Janeiro, 1904-1910.

Fontes impressas

Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Recenseamentos de 1872, 1890, 1906 e 1920.

TJERJ. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. *Catálogo virtual de Processos da Nobreza*. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça, 2022. Disponível em: <http://ccmj.tjrj.jus.br/acervo/publicações>. Acesso em:

7 abr. 2024.

Bibliografia

AGUIAR, Armando de. *Portugueses do Brasil*. Lisboa: Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1944.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. Carlos Malheiro Dias e os círculos intelectuais brasileiros. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; SARMENTO, Cristina Montalvão (Orgs.). *Culturas cruzadas em Português*. Redes de Poder e Relações Culturais (Portugal e Brasil, séc. XIX-XX). Coimbra: Almedina, 2010.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. De imigrante a visconde: a trajetória de Joaquim Antônio Ferreira. *Anais do [...] Encontro Regional de História, XII*. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2006, p. 1-7. Disponível em <https://snh2013.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Henrique%20Sergio%20de%20Araujo%20Batista.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1996.

BRAGA, Antônio José da Costa. *Apontamentos para a História da Colônia Portuguesa no Rio de Janeiro e da Benemérita e Real Sociedade Portuguesa de Beneficência, Gabinete Português de Leitura e Caixa de Socorros Dom Pedro V*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1900.

CABRAL, Manuel Villaverde. *Portugal na alvorada do século XX*. Lisboa: Presença, 1988.

CHAGAS, João De bond. *Alguns aspectos da civilização brasileira*. Lisboa: Moderna, 1897.

COSTA, Sérgio Corrêa da. *A Diplomacia do Marechal*. A intervenção estrangeira na revolta da Armada. Rio de Janeiro: Ed. UnB; Tempo Brasileiro, 1979.

DIAS, Carlos. *Discurso pronunciado por Carlos Malheiro Dias. Na sessão solene em homenagem à memória venerada do Excelentíssimo Snr. Visconde de Moraes promovida pela Federação das Associações Portuguesas do Brasil e realizada no Gabinete Português de Literatura do Rio de Janeiro, em 28 de setembro de 1931*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1931.

DIEGUES JÚNIOR, Manoel. *Imigração, Urbanização e Industrialização*. Rio de Janeiro: Inep; MEC, 1964.

EDMUNDO, Luiz. *De um livro de memórias*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958. 5 vols.

FERREIRA DE CASTRO, José Maria. *Emigrantes*. Lisboa: Guimarães & Cia, 1983.

FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. O Processo econômico. A economia da Primeira República. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (Org.). *História do Brasil Nação*. Vol. 3: A Abertura para o mundo. 1889-1930. Madrid; São Paulo: Fundación Mapfre; Objetiva, 2012.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; SARMENTO, Cristina Montalvão (Orgs.). *Culturas cruzadas em Português. Redes de Poder e Relações Culturais (Portugal e Brasil, séc. XIX-XX)*. Coimbra: Almedina, 2010.

KEYLOR, R. *The Twentieth Century World. An International History*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1992.

LABOREIRO, Simão de. *Um século de benemerência*. Publicação comemorativa do 1º centenário da instituição. Rio de Janeiro: [s. n.], 1940.

LESSA, Carlos. *O Rio de todos os Brasis*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; SMC, 1994.

LOBO, Eulalia Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2021.

LOBO, Eulalia Lahmeyer. *Portugueses en Brasil em el siglo XX*. Madrid: Fundación Mapfre, 1994.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

MURALHA, Pedro. *Portugal no Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Luso-Grafica, 1927.

NABUCO, Joaquim. *Camões*: discurso pronunciado a 10 de Junho de 1880 por parte do Gabinete Português de Leitura. *Fac-símile* da edição de 1880 impressa no Rio de Janeiro por G. Leuzinger & Filhos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.

NUGENT, Walter. *Crossings: the great transatlantic migrations, 1870-1914*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1995.

OLIVEIRA MARTINS. *O Brazil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Presença, 1881.

PESCATELLO, Ann Marie. *Boths ends o the Journey: An historical Study of Migration and Change in Brazil and Portugal*. Los Angeles: University of California, 1970.

PIZARRO LOUREIRO, Adalberto. *História da Beneficência Portuguesa (1840-1955)*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1960.

REGO, António da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1966.

RIOS, José Artur. O Papel social do comendador português no Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 165, n. 424, p. 309-321, jul.-set. 2004.

SENNA, Ernesto. *O Velho Commercio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier Irmãos, [s. d.].

SERRÃO, Joel. Emigração. (Verbete). In: SERRÃO, Joel (Org.). *Dicionário de História de Portugal e do Brasil (até a Independência)*. Vol. III. Lisboa: Iniciativas, 1971.

SERRÃO, Joel. *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1976.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1982.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro: Federação das Associações Luso-brasileiras; Nórdica, 1992.

SILVA, Pedro Ferreira da. *Fundamentos e actualidade do Real Gabinete Português de Leitura*. Rio de Janeiro: RGPL, 1977.

SIMÕES, Nuno. *Actualidade e permanência do luso-brasilismo*. Conferências e Discursos. 1945-1955. Lisboa: [s. n.], 1960.

TABORDA, Humberto. *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. Primeiro Centenário. Rio de Janeiro: [s. n.], 1937.

Traços biográficos do Conde de São Salvador de Matosinhos. João José dos Reis e escriptos referentes à sua morte. Rio de Janeiro: Typographia Moreira Maximino & Cia, 1891.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional*. Uma análise histórica comparativa. Brasília: Ed. UnB, 2004.

WEID, Elisabeth von der. Estratégias empresariais e progresso da industrialização. A Companhia América Fabril, 1878-1930. *H-industri@*. *Revista de Historia de la indústria argentina e latino-americana*, año 3, n. 5, 2º sem., p. 1-33, 2009.

ZUQUETE, Afonso Eduardo. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Enciclopédia, 1960-1961. 3 vols.